

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Agência Petrobras

Maior empresa do país retoma preferência do investidor

Petrobras retoma liderança na preferência por ações

A Petrobras retomou a liderança entre as ações mais indicadas nas carteiras recomendadas para abril. Em levantamento do Broadcast Investimentos, com 13 das principais corretoras e bancos de investimentos, dez casas têm exposição ao papel da estatal. O Itaú, que no mês passado foi o mais indicado, caiu para a 2ª posição em abril, passando de 11 recomendações em

março, para 9 em abril. Chamou a atenção para o mês a quantidade de instituições que seguiram com a mesma composição da carteira de março. Geralmente, só uma corretora mantém inalterada a recomendação. Para abril, quatro casas mantiveram exatamente os mesmos nomes. Dessas, apenas três alteraram o peso de cada papel dentro do portfólio.

Vale

Entre as ações com maior peso dentro do Ibovespa, o destaque ficou com a Vale, que apresentou um salto de março para abril, saindo da 6ª posição para a 3ª. Foram seis recomendações de compra para as ações da mineradora, mesma quantidade anotada para a Eletrobras.

Eletrobras

Sobre a Eletrobras, a Ativa Investimentos, que recomendou exposição no papel para abril, explica que aumentou o peso do papel na carteira após a finalização do acordo de arbitragem envolvendo a empresa e o governo que, finalmente, corroborou o seu status de empresa de capital disperso.



Arte - Agência Brasil

Volume de declarações entregues é 17,75% do total

Receita Federal já recebeu mais de 8 mi de declarações

Em quase três semanas de entrega, a Receita Federal recebeu 8.202.141 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2025. O número, registrado até as 17h desta sexta-feira (31), equivale a 17,75% do total esperado para este ano.

Desde o dia 1º, quando a declaração pré-preenchida passou a ser baixa-

da com todos os dados disponíveis, 2.832.002 contribuintes enviaram o documento.

O abastecimento dos dados da declaração pré-preenchida atrasou por causa da greve dos auditores fiscais da Receita. O prazo para entregar a declaração começou em 17 de março e termina às 23h59 do dia de 30 de maio.

Alta de 7%

A Receita Federal espera receber 46,2 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física este ano. A previsão representa acréscimo de quase 7%, na comparação com 2024, quando foram entregues 43,2 milhões de declarações, o que não deixa de ser uma alta previsível.

Prorrogação

A recorrente seca no semi-árido nordestino fez o CMN estender a prorrogação de financiamentos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). Linhas de crédito entre 2 de janeiro e 31 de julho de 2022 para agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais serão estendidas por 48 meses.

Receita bruta

Pessoas Físicas com rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888 e aquelas com receita bruta da atividade rural acima de R\$ 169.440, precisam declarar. As pessoas que receberam até dois salários mínimos mensais durante 2024 estão dispensadas de fazer a declaração.

Renegociação

Os produtores rurais afetados pela seca poderão formalizar o pedido de renegociação até 31 de maio. Até a próxima segunda-feira (7), o tomador precisará comprovar que tenha sido prejudicado por seca ou estiagem nos municípios da Sudene em situação de emergência.

Governo vai recorrer à OMC contra o tarifação de Trump

Na contramão do Planalto, mercado recebeu com 'alívio' alíquota de 10%

Por Marcello Sigwalt

Em que pese o alívio com a magnitude das tarifas recíprocas de 10%, a serem impostas pelo governo dos EUA aos produtos brasileiros – pois consultorias e bancos, em quadrantes distintos, de Wall Street a Faria Lima consideram que o impacto protecionista ianque poderia ‘ser pior’ – o fato é que o governo tupiniquim admite recorrer à OMC (Organização Mundial do Comércio), por entender que o presidente estadunidense Donald Trump teria ‘violado’ compromissos assumidos por aqueles países perante à entidade, conforme nota conjunta, emitida pelo Itamaraty e pelo MDIC (Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

Diversamente da percepção ‘positiva’ de analistas, a reação, tanto do Planalto, quanto do setor produtivo, foi mais associada a estados de preocupação e lamentação. De qualquer sorte, a expressão “poderia ser pior” remete ao fato de que outras economias



Fecomercio SP

Alívio do mercado com alíquota dos EUA não é replicada por governo

– em especial, China, União Europeia e Japão – terão de arcar com um custo muito maior que o Brasil, para colocar seus produtos nos Estados Unidos.

Na verdade, levando em conta o novo ‘xadrez’ jogado no comércio internacional, o país poderá, até, ganhar competitividade, movendo peças a seu favor, mesmo ante o alar-

de feito por Trump, a reboque de seu tarifação global, batizada de ‘Liberation Day’, o Dia da Libertação.

Mais comedida em suas reações, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) enviou uma missão de empresários do setor visitará à pátria ianque, na primeira quinzena de maio, tendo em vista estreitar laços e buscar

soluções de interesse comum.

Sobre a situação, o presidente da CNI, Ricardo Alban, destacou que, “claro que nos preocupamos com qualquer medida que dificulte a entrada dos nossos produtos em um mercado tão importante quanto os EUA, o principal para as exportações da indústria brasileira”.

Medida poderá beneficiar alguns setores

A tarifa de 10% imposta por Donald Trump ao Brasil implica um cenário menos adverso do que inicialmente previsto, e pode beneficiar alguns setores da economia brasileira, com impacto positivo na balança comercial do País, avaliam os analistas do BTG Pactual.

O banco, porém, faz um alerta de que também há riscos de a economia brasileira sofrer impactos negativos, seja por uma desaceleração da China

ou por uma recessão da economia mundial.

Como Trump impôs tarifas mais altas a outros mercados, 46% ao Vietnã e 26% a Índia, por exemplo, o movimento pode favorecer alguns segmentos brasileiros capazes de ocupar fatias de mercado nos EUA antes dominadas por concorrentes, que agora pagarão tarifas mais elevadas, observam os analistas do BTG Lana Ferrão e Pedro Oliveira em relatório

nesta sexta-feira. Com isso, podem até ampliar sua presença no mercado norte-americano.

Dependência

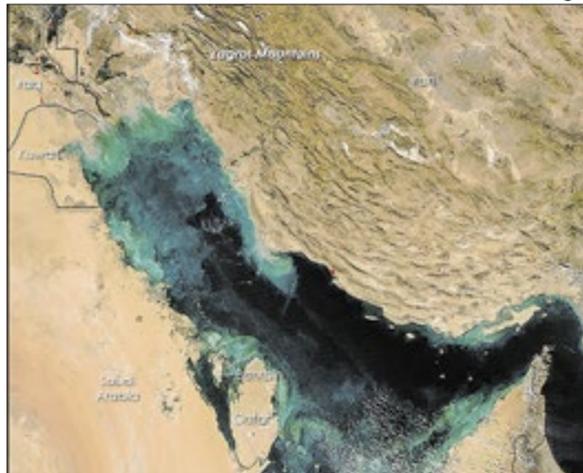
Alguns setores da economia brasileira apresentam elevada dependência das vendas aos EUA. Entre eles, semimanufaturados de ferro e aço (71,8% das exportações destinadas aos EUA, já sujeitos às tarifas de 25% em vigor desde 12 de março); veículos aéreos

e espaciais (63,2%); motores e máquinas (61,9%); materiais de construção (57,9%)

Outros setores com exposição não desprezível, mencionados pelo BTG, incluem etanol (16,0%), café (16,7%) e produtos químicos (16%). “Entre os setores listados, aqueles com maior fatia de concorrentes em países agora penalizados por alíquotas mais altas tendem a se beneficiar deste cenário”, ressalta o BTG.

Empresa brasileira ‘finca o pé’ no Golfo

visibleearth.nasa.gov



Avanço do país ecoa décadas de evolução negocial na região

Empresas brasileiras estão cada vez mais criando raízes em países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), bloco formado por Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Omã, Catar, Kuwait e Bahrein. Dois exemplos recentes são os da Ambipar, especializada em emergências ambientais, que abriu escritórios em Abu Dhabi e Dubai, nos Emirados, e planeja criar um centro de treinamento no país; e a JBS, que acaba de inaugurar sua segunda fábrica na Arábia Saudita.

O movimento é reflexo de décadas de intensificação do comércio e das relações diplomáticas do Brasil com a região. As exportações do País ao bloco somaram US\$ 10,7 bilhões em 2024, um aumento de 14,7% sobre 2023, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), e hoje diversas empresas brasileiras mantêm presença física por lá, com ins-

talações que vão de escritórios a fábricas, passando por lojas, franquias e centros de distribuição. São marcas como Vale, BRF, Embraer, Weg, Tramontina, Ornare, Breton, Farm, Havanaianas e outras. Só em Dubai, a há pelo menos 30 empresas brasileiras ativas.

A tendência decorre também de fatores como mercado consumidor abastado, acesso a outros mercados da região e de fora dela, facilidade para fazer negócios, baixa tributação e ampla disponibilidade de recursos financeiros.

“Este é o momento de estar

aqui e expandir os serviços na região do Golfo”, disse o vice-presidente de Sustentabilidade da Ambipar, Rafael Tello. Depois de Dubai e Abu Dhabi, a companhia planeja entrar no emirado de Sharjah. “Eles têm um histórico forte de preocupações ambientais. Estamos conversando”, declarou Tello.

Já a JBS inaugurou no final do ano passado uma nova fábrica em Jeddah, na Arábia Saudita. “Esta instalação representa um investimento de US\$ 50 milhões e tem como objetivo quadruplicar nossa capacidade de produção de produtos de frango de valor agregado no país”, disse a empresa em nota. A JBS tem também uma unidade industrial na cidade saudita de Dammam.

A companhia segue os passos da concorrente BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão, que está presente na região desde a década de 1970.

PEC do Saneamento avança no Senado

As empresas privadas de saneamento básico observam com otimismo o avanço da tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna o setor um direito básico, assim como a saúde e a educação. A avaliação geral é de que a inclusão, ainda que inicialmente de peso simbólico, deve estimular políticas para aumento de investimentos públicos e privados.

A PEC 2/2016, de autoria

do senador e líder do governo no Congresso, Randolfé Rodrigues (PT-AP), poderá ser colocada em votação no Senado já na próxima semana, quando deve ser feita a última sessão de discussão.

O texto busca alterar o artigo 6º da Constituição para incluir o saneamento entre áreas já listadas: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, alimentação, previdência social e segurança.

Na proposta, Randolfé diz que, embora os serviços de saneamento básico devessem, “por lógica”, estarem incluídos no já previsto direito social à saúde, seguem sendo negados para parte da população, com impacto direto na saúde pública.

“A inserção do direito ao saneamento dentre os direitos sociais é, para muito além do domínio simbólico, a assunção efetiva do compromissamento estatal explícito com os direitos

subjetivos dos cidadãos a uma vida digna e saudável”, considera o texto da PEC.

A iniciativa tem o apoio da Abcon Sindcon, que representa as empresas privadas de saneamento. Para Christianne Dias, diretora executiva da entidade, a PEC tem potencial para colocar o setor no “hall” de prioridades das políticas públicas. Como efeito, atrair maior investimento público e privado.